

Aspectos Institucionais nas Relações de Co-Autoria

Autoria: Charles Kirschbaum, Suzane Strehlau, André Ofenhejm Mascarenhas

Resumo:

Vários pesquisadores nacionais vêm celebrando o aumento das colaborações entre autores e instituições. Esse aumento de colaboração se dá de forma paralela ao aumento de produtividade e qualidade da produção nacional. Nesse artigo, nos interessamos em analisar os aspectos institucionais, formais e informais, subjacentes à co-autoria. Esses elementos fornecem subsídios para interpretar o sentido da ação da colaboração, além da descrição do comportamento. Através da utilização da etnometodologia, propomos para os respondentes que se posicionassem frente a situações fictícias de co-autoria. Esse posicionamento inclui tanto a explicitação da opinião sobre o que deveria ser feito, assim como a percepção das práticas mais recorrentes na comunidade onde estava inserido. Os resultados apontam uma forte associação entre as percepções das práticas da comunidade com o vínculo institucional. Em contraste, outras características pessoais não se mostraram relevantes. Além disso, não houve nenhum padrão identificado entre as opiniões sobre a co-autoria e qualquer variável individual. A partir desse quadro e munidos dos comentários dos respondentes, traçamos algumas interpretações dos mecanismos que levam aos mecanismos distintos observados.

Introdução

Vários estudos têm mostrado a importância da colaboração na produtividade científica (WUCHTY, JONES, UZZI, 2007). Os padrões de colaboração entre indivíduos e entre instituições na produção científica em Administração no Brasil vêm ganhando grande destaque recentemente (ROSSONI, 2007; GUARIDO FILHO, 2008). Em geral esses estudos abriram caminhos importantes na medida em que traçam o comportamento dos pesquisadores ao mapear sistematicamente as interações de colaboração e o arcabouço intelectual compartilhado. No entanto, geralmente interpretação de como valores, crenças, regras, regulamentações, estruturas formais, enfim, o elemento institucional (JEPPERSON, 1991) é ausente desses estudos.

A distinção entre comportamento e ação é crucial para autores que tratam das relações entre agência e estrutura (por exemplo, GIDDENS, 1979). A observação do comportamento pode ser insuficiente para entender os motivos e interesses implicados na ação (ABELL, 1995). Ao centrar seus esforços no mapeamento das interações, há geralmente uma inferência *ad-hoc* daquilo que move os parceiros em uma relação de colaboração. Guarido Filho, por exemplo, infere que a “solidariedade” comunitária pode ser inferida da alta densidade de padrões de colaboração. Essa interpretação é plausível, mas ela deve ser cotejada com outras hipóteses. Por exemplo, Giddens (1990) sugere que o “poder”, categoria analítica em processo de reabilitação na teoria institucional, é funcionalmente compatível a outras categorias que sustentam as interações, como a confiança.

Nosso interesse de pesquisa se movimenta em direção ao entendimento do aspecto institucional subjacente à ação, que escapa à descrição do comportamento. O comportamento, como mostraram os primeiros neo-institucionalistas, pode estar ligado a pressupostos arraigados e a ação tomada é articulada com elementos pré-reflexivo de deliberação. Ou seja: esperamos uma tipificação do comportamento que foge à deliberação consciente. Nesse sentido, necessitamos de uma abordagem que permita revelar os pressupostos, através da reflexão. Um dos instrumentos metodológicos propícios para essa intervenção é a etnometodologia, pois essa ajuda o pesquisador a suscitar situações onde o respondente é levado a posicionar-se e revelar seus pressupostos para a tomada da ação.

Finalmente, lançamos um alerta ao leitor. Nosso objetivo não é de sugerir essa ou aquela estrutura institucional de controle supra-institucional, pois mesmo a existência de qualquer estrutura institucional formal será colocada em discussão. Em contraste, queremos dar subsídios para a reflexão em nosso campo de pesquisa. No estudo exploratório que seguirá abordamos esses tópicos, com a ajuda de um questionário inspirado na etnometodologia. Nossas análises exploram as relações de padrões de posicionamento e percepção da comunidade em relação aos dados demográficos dos respondentes. Concluimos com algumas interpretações dos padrões observados, assim como sugestões para pesquisas futuras.

Discussão Preliminar

Em uma situação utópica (ou distópica, dependendo do ponto de vista), haveria a acoplagem entre discurso e prática através da discussão pública e transparente dos motivos que levam às práticas adotadas. Nessa situação “irreal”, não haveria um descolamento entre prática e discurso, pois as práticas sempre seriam justificadas em diálogo público, que levaria ao consenso comunitário (de certa maneira, próximo à visão utópica habermasiana de espaço público). Entretanto, existem boas razões para que essa prática não seja discutida em público e que se evite a institucionalização formal.

Argumentos em Direção à Negociação

As relações de cooperação podem ser pensadas como inseridas em cadeias de trocas entre os indivíduos, no longo prazo. Essas relações transcendem as transações pontuais e são permeadas de ambigüidade (BLAU, 1964). Ou seja, no fluxo do dar e receber, não há regras claras de reciprocidade e de convertibilidade tão presentes quanto nas relações de trocas econômicas. Ao contrário, aquilo que se dá e se recebe, e o tempo que rege essas trocas foge da determinação do cálculo, ainda que certas regularidades possam ser observadas. A decorrência imediata da ambigüidade é que ambas as partes em uma relação podem preferir postergar o retorno ao investimento, em prol de benefícios maiores no futuro (por exemplo, um discípulo pode almejar uma carta de recomendação positiva, etc.). Não se trata aqui de julgar o mérito ou moralidade dessas trocas, mas apenas estabelecer que elas existem, ajudam a sustentar a produção científica e muitas vezes são significativas para ambas as partes de tal forma que a interferência e o monitoramento externos seria prejudicial. Ao nos aproximar, por exemplo, das relações de discípulo e mestre (BUBER, 2000), nos deparamos com a carga valorativa dada à sua inviolabilidade. A confiança construída entre ambos é uma das instituições basilares da vida acadêmica.

Em várias situações propostas em nosso questionário, oferecemos como alternativa a escolha “negociação” entre as partes. Inferimos que a escolha pela negociação pode ser interpretada como preferência em manter a decisão na esfera privada. A negociação permite a construção da relação no longo prazo; escapa do monitoramento público. De certa forma, é comparável à vida em família: a educação das crianças torna-se objeto de escrutínio público apenas quando se constata um abuso.

Argumentos em Direção à Institucionalização Formal

O posicionamento oposto nos leva a considerar a dimensão de poder: em relações assimétricas uma das partes é levada a produzir ou realizar atividade para agradar à outra. Em contraposição à negociação, essa interação levaria à imposição da vontade de uma parte sobre a outra (LUKES, 1974). A consequência lógica à constatação do uso de poder seria a

institucionalização formal de controles: por exemplo, com o estabelecimento de um código de ética que se posicionasse contra práticas abusivas.

Existem, no entanto, algumas importantes considerações que poderíamos fazer antes de levar “a ferro e fogo” os indícios de uso indevido do poder. A percepção de exercício de poder pode ser subjetiva: em algumas situações, uma das partes apenas pressupôs que haveria uma sanção da outra caso o pedido não fosse aceito. Nesse caso, poder-se-ia perguntar por que não houve o diálogo entre as partes. Ao mesmo tempo, em um outro nível, poderíamos nos perguntar o que leva as partes a evitar levar o conflito latente para o nível discursivo. No momento em que o conflito é expresso (seja a insatisfação ou mesmo a diversidade do ponto de vista), as partes são levadas a investigação em vários níveis: a natureza do trabalho, as divisões, o comprometimento, os acordos tácitos. Uma das partes pode temer que, ao levar o conflito ao nível explícito, isso já leva ao enfraquecimento da relação: “falar sobre a relação” pode ser tão difícil entre as partes de uma co-autoria acadêmica quanto é entre cônjuges. Por outro lado, o temor de represálias acompanhadas à tentativa de revisão da relação é uma das explicações que leva à aquiescência (OLIVER, 1991). Muitos desses elementos informais são observáveis apenas através de etnografia e profunda inserção no campo. Nesse trabalho, apenas sugerimos entender a discrepância entre as opiniões pessoais e o comportamento percebido na comunidade como indício de turbulências entre as preferências pessoais e os padrões estabelecidos no campo onde o respondente está inserido.

As instituições formais não existem apenas para solucionar conflitos entre partes privadas. Elas também existem para promover o bem comum (OLSON, 1965). Em nosso exemplo, regras e incentivos podem ser desenhados para promover a sustentação da produção acadêmica de um grupo de pesquisa, assim como a coesão vertical (entre orientador e orientando) e horizontal (entre pesquisadores de mesmo nível). Dadas as pressões institucionais da Capes para o aumento da produção acadêmica e o incentivo à co-autoria entre orientandos e orientadores, poderíamos especular que haveria uma força institucional “de cima para baixo” que leva à institucionalização de regras formais que promovam esse tipo de trabalho conjunto.

Público e Privado

A fronteira entre o público e o privado, entre aquilo que deve ser resguardado daquilo que merece discussão pública, tem sido objeto de discussão tanto de filósofos quanto de sociólogos. Os filósofos que tratam dessa matéria (dentro da filosofia política) dedicam-se à discussão se é possível definir essa fronteira através de argumento filosófico, explicitando os valores em jogo, e se essa questão é dada na cultura, localmente e historicamente localizado (RAZ, 1999). Entre os sociólogos, é possível verificar um movimento em direção à descrição das práticas e dos mecanismos sociais que explicam a relação entre o público e o privado. Entre esses, salientamos o trabalho de Thevenot (2001). Nesse artigo, Thevenot busca recuperar quais são as concepções do que é “bom” que permeiam as práticas sociais. Essas concepções valorativas podem explicar em que circunstâncias uma prática estará ligada à conveniência pessoal (individual), local (em um grupo de indivíduos próximos) ou de utilidade convencional (impessoal). Na medida em que a prática adotada torna-se menos pessoal para tornar-se impessoal, há modificações substantivas em suas características.

Dissonância entre as Preferências Individuais e a Percepção das Práticas Comunitárias

O elemento tácito – aquilo que ganha vida na prática mas foge da justificativa discursiva, ganha centralidade em nossa análise. Ao perguntar “o que você acha que deveria

acontecer”, estamos pedindo ao nosso respondente que interrompa seu comportamento e delibere, que aja como um legislador. Essa interferência que provém de nossa metodologia traz implicações para a interpretação das respostas: não estamos nos dedicando ao entendimento dos padrões de comportamento, mas nos aproximamos das volições individuais. Colocamos o respondente em uma situação onde ele é levado a posicionar-se. Essa situação leva a uma “apresentação” do indivíduo que pode ser distinta de suas práticas (CICOUREL, 1981). Assumimos que os respondentes tentam apresentar-se da melhor forma possível ao instrumento de pesquisa, ou justificar da melhor maneira possível a teia de compromissos travados ao longo de sua trajetória (WEICK, 1995).

Por outro lado, ao perguntar ao respondente “quais são as práticas mais comuns na comunidade acadêmica”, buscamos resolver vários obstáculos metodológicos que emergem quando nos restringimos à volição individual. Em primeiro lugar, se havia um incentivo para a representação ideal, aqui o respondente é levado a teorizar sobre o espaço de ação onde está inserido – a referência já não implica diretamente sua auto-imagem, mas refere-se à uma “comunidade” imaginada, tomada como referência, ainda que apenas um produto cognitivo. A “comunidade” enquanto produto cognitivo revela acima de tudo a forma como o indivíduo concebe o espaço social onde está inserido. Essa idéia é coerente com o conceito de campo como espaço de significação compartilhada, Bourdieu, 1993 e DiMaggio e Powell, 1991.

Metodologia

Etnometodologia e as Situações

A etnometodologia, desenvolvida por Garfinkel e seus seguidores, busca explorar os pressupostos, a concepção de mundo, não visível ao pesquisador que se detem apenas no comportamento (COULON, 1995). Dessa forma, esses pesquisadores desenvolveram uma série de técnicas que permitem acesso à produção discursiva dos entrevistados ou observados, em conjunto com sua ação. Duas técnicas são centrais: o experimento, onde o respondente é colocado em situações manipuladas pelo pesquisador. Frente a essas situações, o respondente é convidado a explicitar seu raciocínio. A outra técnica central é o “breaching”, onde o pesquisador manipula explicitamente as regras de um jogo com o objetivo de observar o esforço e a propensão do respondente em restabelecer o sentido na situação. A etnometodologia vem sendo aplicada por sociólogos da cultura para a investigação de elementos culturais implicados nas práticas, ou na reflexão sobre as práticas. Por exemplo, Swidler (2001) construiu várias situações de relacionamento amoroso, com o objetivo de explorar o repertório cultural evocado pelos seus respondentes no momento de reflexão sobre a vida amorosa. Em algumas dessas situações, Swidler pedia ao respondente que se posicionasse a favor desse ou daquele, mas a preocupação central da pesquisadora era a justificativa empregada, pois essa daria acesso ao arcabouço cultural dos respondentes.

No anexo 1, reproduzimos as situações que incluímos em nosso questionário. Em geral, essas situações são versões estilizadas de histórias que foram compartilhadas com os autores. Todas as situações incluíram um “pesquisador focal”: um dos indivíduos envolvidos realizou alguma parte ou a totalidade do trabalho e sua autoria é unânime. Pesquisadores “não-focais” são aqueles cuja autoria está em discussão.

Enfrentamos vários desafios na construção das situações. Em primeiro lugar, havia o desafio de grau de especificidade das informações agregadas à situação. Se agregássemos muitas informações, estaríamos enviesando a resposta para uma ou outra alternativa (como por exemplo, ao explicitar todo histórico da relação entre os indivíduos envolvidos). Alguns

respondentes sentiam que em certas circunstâncias, onde “elementos adicionais” eliminariam a ambigüidade da situação, a alternativa escolhida poderia ser outra.

Entendemos que esses “elementos adicionais” correspondem a um sub-conjunto dos pressupostos dos respondentes que gostaríamos de explorar. Assim, reservamos, junto ao espaço de justificativas gerais, a possibilidade de comentários e explicitação da situação. A ferramenta da etnometodologia se presta justamente a esse tipo de problema: nem todas as situações da vida cotidiana são previsíveis e passíveis de codificação, há uma enorme ambigüidade entre as situações concretas e as regras. Frente à ambigüidade, o ator social suprime elementos que tornam a realidade coerente. Portanto, os atenuantes e as super-especificações são elementos da interpretação da situação.

Variáveis “C” e “O”

Em cada situação, perguntávamos se o “pesquisador focal” deveria ser o autor único, autor principal ou se a díade de pesquisadores deveria se engajar em negociação (com exceção de ...). Logo após, para a mesma situação, perguntamos ao respondente qual, sob seu ponto de vista, seria a prática mais usual na comunidade onde está inserido. Assim, obtivemos para cada situação uma questão que nomeamos de “Opinião” e outra questão que nomeamos “Comunidade”. Para exemplificar, quando pedimos ao respondente sua opinião sobre a situação “3”, pedimos que ele respondesse a questão 3O (“O” de Opinião). Logo abaixo no questionário, quando pedimos que respondesse como percebia a prática em sua comunidade, pedíamos que respondesse a questão “3C” (“C” de Comunidade).

Justificativas

Logo após cada situação, deixamos também um espaço para justificativas e comentários gerais, consonante com a proposição da etnometodologia em fomentar a reflexividade do respondente.

Variáveis demográficas e Espaço Amostral

As oito variáveis demográficas têm por objetivo descrever o perfil dos respondentes. As variáveis relacionadas à formação acadêmica formam um conjunto informações sobre a trajetória acadêmica do respondente e seu grau de maturidade no campo. Para isso perguntamos *titulação máxima, ano de obtenção do último título, status atual* (mestrando, doutorando, outro), *número de orientações concluídas, idade, gênero, área prioritária da Anpad, vínculo institucional* (Instituição Pública, Fundação Não-Confessional, Fundação Confessional, Instituição Privada com fins lucrativos).

O convite para participar da pesquisa foi enviado por e-mail para os programas filiados à ANPAD recomendados pela CAPES. O período de coleta dos dados realizou-se março e abril de 2008. Dos 267 questionários 55 foram abandonados na metade, alguns por falha do site, todos incompletos foram descartados. O perfil do respondente é 63% de homens e 37 % de mulheres, sendo que a idade média é 37 anos com dois *outliers* de 22 e 70 anos.

Na variável “Titulação máxima” temos 23,9% dos respondentes com doutorado completo, 33,3% com mestrado e 42,8 somente com a graduação. Esse resultado está condizente com a variável “Status atual” na qual 43,7% são mestrandos. Já “ano de obtenção do último título” 43,3% dos respondentes estão entre 3 até 5 anos desde a obtenção, 20,6% até 2 anos, 30% mais de 6 anos. Não apresentou-se nenhuma variação de resposta baseadas nas áreas de pesquisa obtidas com a variável “Área de pesquisa prioritária na ANPAD”. Em relação ao vínculo institucional, os respondentes se distribuíram da seguinte forma: Pública,

36%, Fundação Confessional, 11,4%, Fundação Não-Confessional, 14%, Privada Com Fins Lucrativos, 30,3%, Outros, 8,3%.

Tratamento das variáveis

As variáveis Titulação máxima, Ano de obtenção do último título e Status atual foram ajustadas para que refletissem, aproximadamente, há quanto tempo (anos) o respondente estava relacionado ao *stricto sensu*. Também verificamos se a quantidade total de anos era compatível com a quantidade de trabalhos de orientação para verificar a confiabilidade das respostas. Depois foram categorizados em até 2 anos, de 3 a 5 e mais de 6 anos. Todos questionários que foram apenas parcialmente preenchidos foram descartados.

Análise exploratória

Em primeiro lugar procedeu-se uma análise descritiva e fatorial das variáveis para observar se era possível agrupar respostas no tocante à “Opinião” e “Comunidade”. Logo após verificou-se a existência de associações com teste não paramétrico Qui-quadrado. O ponto de corte adotado foi de 0,05 de significância. A estatística selecionada para mensurar a força e sentido da associação das variáveis foi Cramer V pois as tabelas eram maiores do que 2x2 e pelo menos uma das variáveis era nominal. Para ser considerada forte Morgan *et al* (2001, p. 94) recomendam que a estatística Cramer V deve apresentar valor maior ou igual a 0,20 e nível de significância maior do que 0,05.

Através da análise fatorial com rotação Varimax efetuada com todas as variáveis que representam as 8 situações, identificamos 4 fatores que denominamos Comunidade, Opinião, Discordância e Acordo (Vide **Erro! Fonte de referência não encontrada.**). O primeiro componente é formado principalmente pelas questões onde o respondente deve se pronunciar quanto à sua percepção do respondente sobre a comunidade, daí seu nome. Já as variáveis relativas às questões onde o respondente explicita a sua opinião sobre a situação foram carregadas majoritariamente no 2 fator e por isso denominado Opinião. A Questão 7 O (ver anexo 1) carrega em dois fatores diferentes. Nestes casos, a opinião e a percepção da comunidade tendem a concordar que o mestrando deve ser o autor principal (33,6% e 31,8% respectivamente) mas divergem quanto ao orientando ser autor único (43% e 30,4 respectivamente).

Component Matrix	Componentes			
	1 Comunidade	2 Opinião	3.Discordância	4.Acordo
Questão 1 Opinião				,694
Questão 1 Comunidade	,560			,547
Questão 2 Opinião		,659		
Questão 2 Comunidade	,731			
Questão 3 Opinião	,464	,531		
Questão 3 Comunidade	,741			
Questão 4 Opinião		,593		
Questão 4 Comunidade	,655			
Questão 5 Opinião		,599		
Questão 5 Comunidade	,652			
Questão 6 Opinião				
Questão 6 Comunidade	,607			
Questão 7 Opinião	,457		,489	
Questão 7 Comunidade	,587			
Questão 8 Opinião			,790	
Questão 8 Comunidade			,479	

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a 4 components extracted.

Tabela 1 - Análise fatorial

O terceiro componente agrupou as variáveis 8O e 8C. O contraste entre os respectivos percentuais das respostas deu origem ao nome Discordância para este fator. Enquanto 46,6% dos respondentes afirmam que na sua opinião B deve ser autor único, quando perguntados sobre a percepção na comunidade tem-se apenas 13% indicando como B autor único e 43,3% cabendo a negociação de co-autoria.

Para verificar esta relação nos utilizamos da análise cruzada entre as variáveis opiniões e comunidade nessa Questão (**Erro! Fonte de referência não encontrada.** $\chi^2= 73,585$ sig= 0,000) e forte, valor Cramer's V =359).

		Questão 8 Comunidade				
Questão 8 Opinião		B único	B princ.	A princ.	Negociam	Total
B autor único	Observação	22	28	7	32	89
	%	24,7%	31,5%	7,9%	36,0%	100,0%
B autor princ.	Observação	2	11	8	15	36
	%	5,6%	30,6%	22,2%	41,7%	100,0%
A autor prin.	Observação			9	1	10
	%			90,0%	10,0%	100,0%
A e B negociam	Observação	1	2	17	35	55
	%	1,8%	3,6%	30,9%	63,6%	100,0%
Total	Observação	25	41	41	83	190
	%	13,2%	21,6%	21,6%	43,7%	100,0%

Tabela 2 - Análise cruzada Questão 8 Opinião * Comunidade

No quarto fator acontece o inverso do fator 3 Discordância. As variáveis Questão 1O e Questão 1C apresentam um padrão semelhante: a variável Opinião dos respondentes e a percepção da Comunidade exibem 61,0% e 58,2% favoráveis à negociação entre os autores e ou que orientando deve ser o autor principal (36,9% e 38,9% respectivamente).

Aparentemente as respostas às diferentes situações propostas demonstram que existem algumas diferenças dentro da comunidade acadêmica. A seguir serão apresentados somente os resultados com pelo menos 0,05 de significância. A variável “vínculo” e “percepção sobre a comunidade” nas questões 3C, 5C, 7C forneceram alguns dados interessantes

Na questão 3C (ver anexo 1), existe divergência de percepções entre tipos de instituições diferentes, isso ficou demonstrado com o Qui-quadrado (Pearson) é de $\chi^2= 13,729$, $df = 6$, $p(2-sided) = 0,033$, Cramer V=0,183 com sig.=0,003. Embora uma célula tenha apresentado um valor esperado menor que cinco (vide **Erro! Fonte de referência não encontrada.**), não é distante do valor mínimo esperado de 4,74. Na amostra verificou-se que distribuição de frequências observadas diverge do que seria esperado nas respostas “autor único”, “principal” e “negociar autoria”. As porcentagens esperadas seriam de 21%, 44% e 35%, todavia nas instituições “Fundação Não confessional” há uma distribuição de 9%, 65%, 26% e na Confessional de 15%, 23% e 62% .

	Questão 3 Comunidade X Principal vínculo	orient.autor único	orient.autor princ.	negociar	Total
Publica	Observação	18	37	28	83
	Esperado	17	37	29	83
	% entre Prin. vínculo	22	45	34	100

Conf.	Observação	4	6	16	26
	Esperado	5	11	9	26
	% entre Prin. vínculo	15	23	62	100
F.N Conf.	Observação	2	15	6	23
	Esperado	5	10	8	23
	% entre Prin. vínculo	9	65	26	100
Priv. NC	Observação	18	32	22	72
	Esperado	15	32	25	72
	% entre Prin. Vínculo	25	44	31	100
Total	Observação	42	90	72	204
	Esperado	42	90	72	204
	% entre Prin. Vínculo	21	44	35	100

Tabela 3: Tabulação cruzada entre as variáveis Principal vínculo e Questão 3 Comunidade

Já na Questão 5C a diferença na distribuição fica mais evidente quando o orientado se engaja na revisão e elaboração de artigos oriundos de sua tese. A distribuição das respostas das Instituições públicas e Confessionais tendem a ser parecidas ($\chi^2 = 11,484$, $df = 6$, p (2-sided) = 0,074; CramerV=0,171, sig.=0,075). As respostas das Privadas não confessionais são particularmente menores no tocante a autoria única (35%) e negociação entre os autores (22%).

Questão 5 Com. X Principal vínculo		orient.autor único	orient.autor princ.	negociar	Total
Pública	Observação	18	37	26	81
	Esperado	21	36	24	81
	% entre Prin. vínculo	22	46	32	100
Confec.	Observação	6	8	12	26
	Esperado	7	12	8	26
	% entre Prin. vínculo	23	31	46	100
F.N. conf.	Observação	2	13	6	21
	Esperado	5	9	6	21
	% entre Prin. vínculo	10	62	29	100
Priv. NC	Observação	24	29	15	68
	Esperado	17	30	20	68
	% entre Prin. vínculo	35	43	22	100
Total	Observação	50	87	59	196
	Esperado	50	87	59	196
	% entre Prin. vínculo	26	44	30	100

Tabela 4 – Tabulação cruzada das variáveis Principal vínculo e Questão 5 C

A Questão 7C versa sobre a percepção do respondente sobre a comunidade acadêmica quando há aconselhamento do pesquisador-sênior de outra instituição. A estatística indica que há diferenças entre as instituições e as respostas obtidas ($\chi^2 = 14,142$, $df = 6$, p (2-sided) = 0,028, Cramer's V= 0,190, sig= 0,028). As respostas oriundas de pessoas vinculadas às Instituições Públicas tende a seguir o esperado enquanto as Confessionais e Não confessionais apresentam grande diferença da distribuição, como pode ser observado na tabela abaixo.

Questão 7 C X Principal vínculo	orient.autor único	orient.autor principal.	negociar	Total
---------------------------------	--------------------	-------------------------	----------	-------

Pública	Observação	27	23	31	81
	Esperado	24	26	31	81
	% entre Prin. vínculo	33	28	38	100
Conf.	Observação	4	6	16	26
	Esperado	8	8	10	26
	% entre Prin. vínculo	15	23	62	100
F.N.Conf.	Observação	3	12	6	21
	Esperado	6	7	8	21
	% entre Prin. vínculo	14	57	29	100
Priv. NC	Observação	23	22	22	67
	Esperado	20	22	26	67
	% entre Prin. vínculo	34	33	33	100
Total	Observação	57	63	75	195
	Esperado	57	63	75	195
	% entre Prin. vínculo	29	32	38	100

Tabela 5 - Tabulação cruzada das variáveis Principal vínculo e Situação 7 C

Na Questão 8C, que aborda a autoria de um capítulo mediante algumas circunstâncias, o valor do quiquadrado é alto ($\chi^2 = 27,830$, $df = 9$, $p(2-sided) = 0,001$) indicando que há diferenças na percepção em função das instituições. Contudo 4 células apresentam valores menores do valor 2,63 que seria o esperado desejável, mas a força da relação mensurada pelo Cramer V tem como valor 0,221 com significância de 0,001, ou seja forte. Essa Questão é peculiar, as Instituições Pública e Confessional condenam autor único acintosamente em termos percentuais e absolutos bem superiores aos demonstrados pelos respondentes de outro tipo de instituições. Mas ao mesmo tempo diferem quanto a quem deveria ser o autor principal. Na Confessional os valores observados são muito abaixo do que seria esperado, aparentemente essa comunidade apóia intensamente a negociação.

Um grande destaque é a percepção da comunidade das Instituições privadas e as Fundações Não Confessionais que apoiam B como autor único (26%). Por outro lado, nas Instituições Públicas e nas Confessionais a alternativa - B como autor único- recebe apenas 4%. mas a indicação de negociação da co-autoria é alta com 45% e 67% respectivamente.

Questão 8 C X Principal vínculo		B único	B princ.	A princ.	negociar	Total
Pública	Observação	3	24	17	36	80
	Esperado	11	17	17	35	80
	% entre Prin. vínculo	4	30	21	45	100
Conf.	Observação	1	2	5	16	24
	Esperado	3	5	5	10	24
	% entre Prin. vínculo	4	8	21	67	100
Fund. N. conf.	Observação	4	5	2	9	20
	Esperado	3	4	4	9	20
	% entre Prin. vínculo	20	25	10	45	100
Priv. NC	Observação	17	10	17	22	66
	Esperado	9	14	14	29	66
	% entre Prin. vínculo	26	15	26	33	100
Total	Observação	25	41	41	83	190
	Esperado	25	41	41	83	190

	% entre Prin. vínculo	13	22	22	44	100
--	-----------------------	----	----	----	----	-----

Tabela 6 - Tabulação cruzada das variáveis Principal vínculo e Questão 8 C

Além disso, o grau de titulação interfere na percepção do que é aceito na comunidade na situação 4 (o orientador não tem tempo de ler o *paper* do seu orientando). A percepção da comunidade é bem diferente entre os mestres e doutores ($\chi^2 = 15,870$, $df = 4$, $p(2-sided) = 0,003$; CramerV=0,200, sig= 0,003198). Enquanto os doutores percebem a comunidade como favorecendo a negociação (ao assinalar a resposta que o orientando deve ser o autor principal) os mestres percebem que a comunidade favorece a negociação (orientador não deveria ser co-autor ou então a questão deveria ser negociada, descartando a co-autoria automática).

Questão 4 C X Titulação máxima		orient. autor único	orient. autor princ.	negociar	Total
Doutorado completo	Observação	11	18	14	43
	Esperado	13	17	14	43
	% entre Tit. Máx.	26	42	33	100
Mestrado completo	Observação	24	12	27	63
	Esperado	19	24	20	63
	% entre Tit. Máx.	38	19	43	100
graduação completa	Observação	24	46	22	92
	Esperado	27	35	29	92
	% entre Tit. Máx.	26	50	24	100
Total	Observação	59	76	63	198
	Esperado	59	76	63	198
	% entre Tit. Máx.	30	38	32	100

Tabela 7

Justificativas Empregadas

O campo de “justificativas” após cada situação foi o único não obrigatório. Dessa forma, obtivemos um feito de auto-seleção dos respondentes que leva a prejuízos de interpretação (na etnometodologia experimental ou em entrevistas de profundidade, o respondente sempre deve produzir discursos relacionados às suas escolhas). Avaliamos a possibilidade de retirar a característica voluntária dessa questão nas versões futuras desse instrumento. Assim, nos deparamos com um volume grande de narrativas casuísticas que pouco agregam para um primeiro entendimento dos padrões globais, ou nos levariam a interpretações distorcidas.

Por contarmos com uma sub-amostra de respondentes “apaixonados”, obtivemos vasto material discursivo sobre o que deve e o que não deve ser feito. Os comentários encontrados geralmente discutiam o que vem a ser, para o respondente, o “valor de contribuição” do “pesquisador não-focal” ao trabalho. Por exemplo, na Situação 3, vários respondentes discutiram se a simples inclusão de referências bibliográficas seria suficiente para merecer a co-autoria.

Alguns respondentes forneceram justificativas em linha do que desenvolvemos na seção “Argumentos em Direção à Negociação”: para esses respondentes, em várias situações (como por exemplo, na situação 4), a co-autoria é devida mesmo que o pesquisador não focal não tenha contribuído diretamente ao trabalho em questão. Justifica-se que a relação entre os pesquisadores transcende a situação pontual, o que pressupõe a contribuição do autor não-focal antes da realização do artigo, e provavelmente posterior ao artigo. Ou seja: levando em consideração o escopo global da relação, é possível aceitar a co-autoria.

Na situação 5 (autor-focal revisa a tese para publicação), percebemos uma riqueza de justificativas para a co-autoria do pesquisador não-focal. A argumentação baseia-se em dois alicerces: (1) a liderança intelectual do pesquisador sênior deve ser reciprocada com a co-autoria e (2) haveria uma questão de elegância na oferta da co-autoria. A segunda justificativa novamente remete às trocas sociais e à manutenção da relação no longo prazo. Já a primeira justificativa se refere à uma troca com menor grau de ambiguidade: a orientação merece a co-autoria. Existe nessa primeira justificativa um borramento maior entre o trabalho do orientado e do orientador, ao estilo do desenvolvimento de conhecimento nas ciências naturais.

A situação 6 (co-autoria do professor de disciplina de pós-graduação) granjeou o maior número de justificativas polarizadas: houve respondentes que se mostraram indignados com a pressão pela co-autoria. Entretanto, vários respondentes levaram em consideração o aspecto motivacional do professor: em muitas situações, argumentam esses respondentes, os alunos não concluiriam seus trabalhos, nem os submeteriam se não fosse a estrutura de incentivos propiciada pelo professor em sala de aula. Um padrão semelhante foi observado na situação 7 (pesquisador sênior é consultado): há respondentes que são favoráveis a apenas um agradecimento, enquanto há respondentes que enxergam que a contribuição do pesquisador não-focal merece um reconhecimento maior.

A situação 8 (co-autoria dada ao pesquisador não-focal que detem o contato com o editor do livro) recebeu inúmeras justificativas que corroboram interpretações de “capital social” (BOURDIEU, 1986; COLEMAN, 1988). A partir dessa interpretação, entendemos que para vários respondentes é legítima a “conversão” de capital social em capital humano (condensado na realização do artigo).

Discussão

Os resultados apresentados nos levam a algumas conclusões preliminares sobre as opiniões e percepções dos respondentes quanto às situações apresentadas. Em primeiro lugar, a partir da análise fatorial das questões, frente às características demográficas dos respondentes, obtivemos significância principalmente nas questões que concernem a percepção da prática usual da comunidade. O fracasso da rejeição do “Ho”, quanto às questões que concernem às posições individuais pode ser interpretada da seguinte maneira: as variáveis demográficas individuais (como vínculo institucional, anos de inserção no campo acadêmico, idade, gênero, etc.) são irrelevantes para explicar o desejo dos indivíduos de como solucionar os casos apresentados. Essa rejeição é importante, na medida em que revela que a disposição individual frente às situações diz respeito a outros processos sociais que não são relacionados com as variáveis elencadas e relacionadas com a inserção no campo. De forma relacionada, não encontramos nenhum padrão que explicasse a “discordância” entre as questões ligadas à opinião e as questões ligadas à percepção da prática comunitária.

Em contrapartida, encontramos padrões significativos para as questões que correspondiam às percepções das práticas na comunidade onde estava inserido o pesquisador. A maioria dos padrões significantes que observamos estão relacionados com o vínculo institucional do respondente. Em geral, em instituições privadas, os respondentes perceberão uma tendência que favorece a autoria única do “pesquisador focal”. Respondentes vinculados a instituições confessionais perceberam o favorecimento à negociação entre as partes. Finalmente, respondentes ligados às instituições sem fins lucrativos não-confessionais ou públicas, perceberam um favorecimento à co-autoria, sendo o autor focal eleito o autor principal.

Oferecemos uma interpretação para esses padrões em caráter altamente especulativo que aguarda estudos futuros confirmatórios: instituições de alto prestígio (instituições públicas e

fundações não-confessionais) dispõem de um volume grande de pós-graduandos com alta dedicação para a pesquisa. Esses alunos tenderão a ser mais competitivos e produtivos do que outros já durante seu curso de pós-graduação. Em virtude desse alto volume de candidatos e o alto prestígio institucional, haveria uma probabilidade maior de alocação dos orientandos em projetos de pesquisa já em andamento.

No extremo oposto, temos instituições privadas com fins lucrativos que conta com um corpo de alunos com baixa dedicação à pesquisa ou com interesses pragmáticos de aplicação em seu local de trabalho, o que gera um descompasso com os objetivos e necessidade de pesquisa do orientador. Dessa forma, haveria um interesse do orientador em dissociar-se da produção do orientando, ao verificar que a temática e ritmo de produção do orientando se descola de sua agenda de pesquisa.

Provavelmente as instituições confessionais encontram-se em algum ponto intermediário entre as instituições de alto prestígio (públicas e fundações não-confessionais) e as instituições com fins lucrativos privadas: aqui, a negociação se dá de forma mais corrente, em virtude de uma diminuição da assimetria entre as partes.

Quando adicionamos as justificativas a esses padrões, percebemos dois polos de discussão: há vários comentários relacionadas à discussão do que constitui o valor real agregado ao trabalho, enquanto outros comentários (não necessariamente de respondentes distintos) se relacionam às justificativas de trocas sociais.

Conclusões

Através dos padrões de respostas, justificativas e comentários fornecidos, verificamos duas dimensões que merecem reflexão: (1) há uma forte influência do vínculo institucional na percepção dos respondentes e (2) os comentários se diferenciam quanto à discussão do que constitui uma contribuição real, em comparação às possíveis trocas sociais inerentes às relações de longo prazo.

Novamente insistimos que as interpretações oferecidas na seção anterior são de caráter especulativo e merecem maior aprofundamento. Em pesquisas subsequentes, pesquisadores da área poderão explorar o perfil de aluno atraído por tipos diversos de instituições, assim como sua trajetória: tempo de término, índices de publicação e alocação profissional futura. Entrevistas de profundidade com orientandos e orientadores poderão elucidar as expectativas mútuas nesses contextos institucionais diversos. Há também oportunidade de investigar a estrutura de carreira e incentivos nos diversos contextos institucionais que levam a práticas distintas.

Sugerimos também que a comparação com outros países pode ser interessante para verificarmos se as disposições e percepções individuais variam em outros contextos institucionais macro. Especificamente, nos interessa explorar as semelhanças e diferenças em relação a campos acadêmicos mais maduros (como o americano e o europeu) e culturalmente semelhantes (como por exemplo, nos países da América Latina).

Embora não tenhamos encontrado padrões explicativos dos padrões de opinião pessoal, sugerimos que possa existir esquemas interpretativos distintos que diferenciem os respondentes. Essa análise poderá ser realizada através da análise de qui-quadrado entre as questões. A partir dessa análise, poderemos investigar a existência de grupos “latentes” de indivíduos que não se encaixam em nenhuma categoria demográfica. De forma mais central, poderemos identificar de que forma as respostas a certas questões estão ligadas às respostas de outras, constituindo assim estruturas lógicas (esquemas cognitivos, DIMAGGIO, 1997). Essas estruturas lógicas poderão nos orientar na investigação da justificativa que fornece significado a um padrão de resposta.

Referências

- ABELL, P. The New Institutionalism and Rational Choice Theory Em: SCOTT, W. R. e CHRISTENSEN, S. (Ed.). **The institutional construction of organizations: International and longitudinal studies**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1995. p.3-14.
- BLAU, P. M. **Exchange and Power in Social Life**. New York: Wiley. 1964. 352 p.
- BOURDIEU, P. The Forms of Capital. Em: RICHARDSON, J. G. (Ed.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Westport: Greenwood Press, 1986. p.241-58.
- BOURDIEU, P. Some Properties of Fields. Em: BOURDIEU, P. (Ed.). **Sociology in Question**. London: Sage, 1993. p.72-76.
- BUBER, M.; SMITH, R. G. **I and Thou**. New York, NY: Scribner. 2000. 126 p.
- CICOUREL, A. V. The Role of Cognitive-Linguistic Concepts in Understanding Everyday Social Interactions **Annual Review of Sociology**, v.7, p.87-106. 1981.
- COLEMAN, J. Social Capital in the Creation of Human Capital. **The American Journal of Sociology**, v.94. 1988.
- COULON, A. **Etnometodologia**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1995. 134 p.
- DIMAGGIO, P. J. Culture and Cognition. **Annual Review of Sociology**, v.23, p.263-87. 1997.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. Introduction. Em: POWELL, W. W. e DIMAGGIO, P. J. (Ed.). **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p.1-38.
- GIDDENS, A. **Central problems in social theory : action, structure, and contradiction in social analysis**. Berkeley: University of California Press. 1979 294 p.
- GIDDENS, A. **The consequences of modernity**. Stanford, Calif.: Stanford University Press. 1990. ix, 186 p.
- GUARIDO FILHO, E. R. **A Construção da Teoria Institucional nos Estudos Organizacionais no Brasil: o período 1993-2007**. Tese de Doutorado em Administração, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2008.
- JEPPERSON, R. Institutions, Institutional Effects, and Institutionalization. Em: DIMAGGIO, P. e POWELL, W. (Ed.). **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p.143-163.
- LUKES, S. Power: A Radical View. Em: (Ed.). London: MacMillan Press, 1974. p.9-25.
- MACINTYRE, A. C. **Whose justice? Which rationality?** Notre Dame, Ind.: University of Notre Dame Press. 1988. xi, 410 p.

MORGAN, G.A.; GRIEGO, O.V.; GLOECKNER, G.W. **SPSS for Windows**. An Introduction to use and interpretation in Research, Lawrence Associates. 2001.

OLIVER, C. Strategic Responses to Institutional Processes. **The Academy of Management Review**, v.16, n.1, p.145-179. 1991.

OLSON, M. **The logic of collective action: public goods and the theory of groups** Cambridge, MA: Harvard University Press. 1965

RAZ, J. **Engaging reason : on the theory of value and action**. Oxford ; New York: Oxford University Press. 1999. 336 p.

SWIDLER, A. **Talk of Love: How Culture Matters**. Chicago: Chicago University Press. 2001. 312 p.

THEVENOT, L. Pragmatic regimes governing the engagement with the world. Em: SCHATZKI, T. R.;KNORR-CETINA, K., *et al* (Ed.). **The practice turn in contemporary theory**. London ; New York: Routledge, 2001. p.56-73.

WEICK, K. E. **Sensemaking in Organizations**. Thousand Oaks: Sage Publications. 1995. 229 p.

WUCHTY, S.;JONES, B. F.;UZZI, B. The Increasing Dominance of Teams in Production of Knowledge. **Science** 2007.

Anexo 1 – Situações Incluídas no Questionário

Situação 1: ORIENTADOR(a) e ORIENTANDO(a) negociam a elaboração do artigo “Simmel e o Amigo Secreto” e dividem as tarefas. ORIENTANDO executa a parte empírica, enquanto ORIENTADOR ajuda o ORIENTANDO na análise dos dados, redação da conclusão e do arcabouço teórico. O artigo não está relacionado ao tema de dissertação (tese) de ORIENTANDO.

Situação 2. ORIENTADOR e ORIENTANDO enviam o artigo “O Cálculo do Coeficiente Beta em Mercados de Arte” para um congresso. ORIENTANDO escreveu as partes teórica, empírica e conclusões, com base em suas pesquisas orientadas pelo ORIENTADOR. O artigo é parte da tese de ORIENTANDO.

Situação 3: ORIENTANDO redige um paper de final de curso e pergunta a ORIENTADOR se vale a pena submeter para o congresso “O Mundo da Vida e a Crueldade Cotidiana”. ORIENTADOR sugere que sim, e aconselha a inclusão de algumas referências bibliográficas.

Situação 4: ORIENTANDO redige uma parte de sua dissertação intitulada “Wittgenstein no Consumo de Produtos Simbólicos” e quer submeter para um congresso. Devido a várias pressões de tempo, ORIENTADOR não consegue ler o trabalho.

Situação 5: Após a defesa de sua tese “Prolegomena das Condições Científicas de Co-Autoria em Campos Emergentes” e da devida comemoração, ORIENTADO engaja-se sozinho à revisão dos capítulos de sua tese e à elaboração de artigos para publicação.

Situação 6: PROFESSOR pede a ALUNO que submeta o artigo de final de curso para o congresso “O Modelo de Simulação Monte Carlo aplicado aos Ambulantes do Pelourinho”, incluindo o seu nome como co-autor. PROFESSOR forneceu durante o curso as referências bibliográficas pertinentes ao trabalho.

Situação 7: PESQUISADOR-SENIOR e MESTRANDO não pertencem à mesma instituição, mas ainda assim, MESTRANDO envia a PESQUISADOR-SENIOR seu trabalho “O Arquipélago Circular de Kulak” e pede dicas para a sua melhoria. PESQUISADOR-SENIOR envia um e-mail com 10 linhas de aconselhamento, sugerindo ter apreciado o trabalho. O trabalho é aperfeiçoado e submetido a um congresso.

Situação 8: PESQUISADOR “A” tem um contato privilegiado com o organizador de um livro “Blau para Gestores”. “A” convida o PESQUISADOR “B” a participar de um capítulo nesse livro. O projeto depende, porém, da execução do texto, sob total responsabilidade de “B”.